



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 10 2013	15h40min	84ª SESSÃO ORDINÁRIA (COMISSÃO GERAL)	1

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 6ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 84ª
(OCTOGÉSIMA QUARTA)
SESSÃO ORDINÁRIA, TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL PARA
DISCUTIR UM ANO DO COMUNICADF,
EM 3 DE OUTUBRO DE 2013.**

PRESIDENTE (DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido.

(Leitura do Expediente.)

O Expediente lido vai à publicação.

Em razão da aprovação do Requerimento nº 2.765, de 2013, de autoria do Deputado Cláudio Abrantes, a sessão ordinária de hoje, dia 3 de outubro, quinta-feira, fica transformada em comissão geral, para discutir um ano do ComunicaDF.

Convido os Sr. Deputados e demais convidados a se dirigirem ao plenário desta Casa, para início dos debates da comissão geral.

Enquanto aguardamos a entrada dos convidados, declaro suspensa a presente comissão geral.

Está suspensa a reunião.

(Suspensa às 15h43min, a reunião é reaberta às 15h59min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES) – Está reaberta a reunião.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 10 2013	15h40min	84ª SESSÃO ORDINÁRIA (COMISSÃO GERAL)	2

Ao dar as boas-vindas a todos os presentes, tenho a honra de declarar abertos os trabalhos desta comissão geral, para discutir o programa ComunicaDF.

Convido para tomar assento à Mesa os seguintes convidados: o Especialista em Políticas de Comunicação e Professor da Universidade de Brasília, Sr. Murilo Ramos; o Chefe da Assessoria de Comunicação da Casa Civil, aqui representando o Secretário Swedenberger Barbosa, Sr. Ricardo Taffner; representando o Secretário de Comunicação do Distrito Federal, Carlos André Duda, o Sr. Renato Cortez; o representante do Interozes, Sr. Géσιο Passos; o representante do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Distrito Federal, Sr. Jonas Valente, e, por fim, fechando a Mesa, o representante da Frente de Valorização das TVs do Campo Público, Sr. Gilberto Rios.

Senhoras e senhores, boa tarde! Começo dizendo que esta Mesa está, de fato, muito masculina. Poderíamos estar mais abrihantados com a presença feminina aqui, não obstante, quero informar a todos os presentes que aqueles que desejarem fazer uso da palavra terão acesso a nossa tribuna. Basta se manifestarem ao Cerimonial. Espero que as mulheres façam uso da sua voz, da sua competência para esse tema.

Quero saudar todos e dizer que esta comissão teve o seu embrião na abordagem de ativistas da causa em prol de uma democratização da comunicação social no Distrito Federal. Foi por compromisso com essa causa democrática e republicana que o nosso gabinete respondeu com muita satisfação a esse apelo, até porque, em compromissos anteriores, tivemos a honra de contribuir de uma forma interessante para o primeiro seminário de Comunicação Pública do Distrito Federal, o ComunicaDF, realizado em agosto do ano passado.

Tivemos também a oportunidade de participar, como representantes da Câmara Legislativa, do seminário que, no nosso entendimento, foi muito proveitoso, uma iniciativa singular e única no Distrito Federal, visto que há muito se espera desse conselho a prerrogativa descrita no art. 261, da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Há décadas que se espera pelo Conselho de Comunicação, e esse seminário deu um *start* para essa participação.

Tivemos a informação de que foram 24 propostas aprovadas, muitas delas ligadas ao acesso à internet, ao fortalecimento da Secretaria de Comunicação, à criação de um fundo de apoio, mas, prioritariamente e de uma forma muito contundente, foi colocado que o que está no topo da lista dessas propostas, efetivamente, é a criação do Conselho de Comunicação Social do Distrito Federal.

Sei que o público presente, a Mesa e todos que estão aqui estão ansiosos por este debate, até porque, a partir daquelas audiências públicas que tivemos e também do compromisso do governo à época, gerou-se, criou-se e realizou-se o ComunicaDF, que está aí há pouco mais de um ano. Hoje queremos discutir e ver



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 10 2013	15h40min	84ª SESSÃO ORDINÁRIA (COMISSÃO GERAL)	3

quais foram os avanços, em que pé estão, para que possamos continuar nessa perspectiva de criação desse Conselho de Comunicação.

Temos informações de que diversas reuniões foram feitas e foi elaborado um projeto que se encontra na Casa Civil. Acredito que isso será tema dos debates aqui.

Sobre o Conselho, queremos ratificar a importância dessa pauta para a sociedade do Distrito Federal, para a democracia do Distrito Federal. Eu, em especial, quero falar também da importância que a sua criação tem para o partido do qual faço parte e no qual permanecerei, o Partido dos Trabalhadores – é uma pauta do partido. Quero deixar clara aqui, aproveitando esse instrumento, a minha permanência nele.

Além de ser uma pauta extremamente importante para a sociedade, para o meu partido, para qualquer campo que tenha um posicionamento progressista e democrático, quero dizer que esse Conselho, em nenhuma hipótese, trata da questão de censura, de vigilância. Aqui ratifico a nossa postura de total liberdade à imprensa, aos meios de comunicação. Esse Conselho visa justamente fazer com que a comunicação tenha um caráter cada vez mais público e mais democrático.

Estamos em tempo de uma compreensão, de uma gestão pública em que nos esforçamos para entender os valores imateriais em todos os campos. E esse Conselho tem essa força. Esperamos que ele, em breve, esteja implementado e seja um fórum de discussões e de melhor elaboração de uma política pública de comunicação, com avanços também em diversas outras áreas.

Inclusive, o nosso mandato apresentou uma indicação ao Governo do Distrito Federal, uma sugestão formal. A indicação é um instrumento legislativo de sugestão, de indicação. Em que pese não ter uma força coercitiva de imposição, manifesta claramente a posição do Poder Legislativo em prol da criação de uma empresa de comunicação pública no âmbito do Distrito Federal.

Temos esse posicionamento e até encaminhamos uma sugestão de minuta, de projeto de lei que, acredito, está em avaliação e, inclusive, aberto para discussão nesta comissão geral.

Saúdo todos e agradeço a presença dos que puderam vir. Desta comissão geral, já deixo orientado à nossa assessoria que se encaminhe um documento, aos órgãos competentes, do que for comentado e debatido aqui, com vistas a essa avaliação de um ano do ComunicaDF.

Feitas as considerações iniciais, espero que tenhamos uma boa tarde de trabalho.

Volto a informar que os presentes podem fazer uso da palavra mediante solicitação ao Cerimonial. Teremos tempo aqui na tribuna também.

Concedo a palavra ao representante da Frente de Valorização das TVs do Campo Público, Gilberto Rios.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 10 2013	15h40min	84ª SESSÃO ORDINÁRIA (COMISSÃO GERAL)	4

SR. GILBERTO RIOS – Boa tarde a todos e a todas.

Como ouvi ali o reclame da Débora e concordo com ela, vou falar pelo meu lado feminino. Débora, se você me permitir, vou assumir aqui o meu lado feminino representando as mulheres. Chico, eu sei que você fez isso da última vez. Eu estou apenas copiando o que você fez da última vez.

Eu confesso que tive muita dificuldade em chegar até aqui. Em alguns momentos, fiz uma reflexão: entre amor e ódio há uma linha tênue, dependendo de que lado você vai pisar. Se você pisar de um lado é muito ódio, se você pisar do outro é muito amor. Como a política é uma coisa que apaixona as pessoas – eu sou um romântico, daqueles que ainda leva flores –, eu acho que não cabe mais esse romantismo.

Nós estamos perto de uma eleição. Apostamos muito nesse governo, que pudéssemos avançar em muitas coisas. E até poderíamos avançar no diálogo. Temos que reconhecer que, enquanto a Débora esteve presente, avançamos muito no diálogo com o governo. Isso aí é indubitável. Entre erros e acertos pelo menos estávamos dialogando. Sentíamos que os dois lados queriam acertar, mas ficamos órfãos depois de muitas coisas que aconteceram de lá para cá.

Fazendo uma reflexão sobre o ComunicaDF, acho que a única coisa que temos que fazer, nós da sociedade, é pedir que o Governador cumpra aquilo que ele disse publicamente no ComunicaDF. Antes do ComunicaDF, vale ressaltar que esse governo, com três, quatro meses, fez a toque de caixa – achei interessante, apesar de precipitada – uma conferência de cultura onde muitos reclames estavam inseridos. Foi uma forma de ouvir a sociedade.

Eu percebo que, infelizmente, o governo não avançou nesse campo. E pasmem, não que não haja profissionais ou que não houvesse profissionais do outro lado que entendessem ou que quisessem realmente que as coisas andassem. Como não estou no governo, não posso aqui afiançar o que ocorreu, mas o fato é: não avançamos em nada! Estamos num estado de hibernação do qual não sabemos quando iremos sair.

Ninguém colocou uma faca no pescoço do Governador dizendo: “Governador, assuma esses compromissos”. Não, a sociedade entregou um leque de discussões que foram feitas naquela ocasião do ComunicaDF e o Governador assumiu publicamente que algumas daquelas questões eram pertinentes. Dentro de quatro meses, se não me falha a memória, ele disse que iria fazer as coisas avançarem.

Bom, já se passou um ano e percebe-se que nada avançou, a não ser o que chegou hoje às minhas mãos e a que não tive acesso ainda: uma unidade especial de radiodifusão que foi criada. Conversando com o Gésio, ele me lembrou de certa conversa que tivemos uns vinte dias atrás sobre essa coordenação. Não sei ainda o



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 10 2013	15h40min	84ª SESSÃO ORDINÁRIA (COMISSÃO GERAL)	5

que significa essa unidade especial de radiodifusão dentro da Secretaria de Cultura, porque essa foi uma informação que eu recebi hoje.

Então, o que a gente pode fazer? O que a gente deve fazer? Cobrar do governo? Não sei, porque já fizemos e entregamos a ele diversas correspondências. E aí eu fico na dúvida se o governo fez ou não ouvido de mercador aos reclames da sociedade ou às nossas correspondências, mas o fato é: estamos órfãos na discussão desse tema. Nós não temos absolutamente nada desenhado, nada proposto. Não sei se é a palavra correta – se eu for injusto, peço desculpas pelo desmonte ocorrido na Secretaria de Comunicação: não temos nada. O que vamos discutir? Vamos bater na mesma tecla? A sensação que eu tive quando vim para cá era: “será que mais uma vez vou dar murro em ponta de faca? Mas não vou me calar”. Acho que não devemos nos calar. Devemos cobrar, sim, do governo, pelo menos aquilo que ele, governo, assumiu publicamente. Que se faça valer aquilo que o governador disse no ComunicaDF ou que a sua assessoria fale: “Governador, o senhor se comprometeu com isso. E a sociedade está aguardando que essas coisas ocorram e aconteçam.”

Então, a minha fala vai mais nesse sentido e aí eu quero agradecer o convite do Cláudio. Quero agradecer aos colegas que compõem a Mesa. Que não fiquemos só nesse debate, porque já viemos a esta Casa em outras ocasiões e também fizemos os nossos reclames.

Cláudio, é legal esta Casa estar sempre falando, esta Casa estar sempre provocando, porque, se é para dar murro em ponta de faca, acho que estou disposto a dar mais murro nessa ponta de faca, mesmo que sangue mais um pouco. Uma hora a gente há de conseguir fazer com que este governo enxergue que a democratização da comunicação é muito importante. A gente percebia nos primeiros anos do governo que o governo tinha um olhar um pouco distorcido, um foco meio distorcido, na Secretaria de Comunicação, não digo toda a Secretaria, digo alguns expoentes da Secretaria de Comunicação, com a mídia privada. Enxergava muito mais a mídia privada do que a comunicação pública. Aos poucos, em conjunto também com essas pessoas que lá se encontravam dentro da Secretaria de Comunicação, vimos a importância de a gente avançar cada vez mais neste tema.

Nós tivemos um ano bastante produtivo, é inegável, para construção do ComunicaDF. O ComunicaDF foi construído de certa forma pelo departamento que a Débora, que aqui se encontra presente, gerenciava — não sei se é esse o nome — ou coordenava; a gente avançou muito na época. Mas o fato é: depois do desmonte, a gente não tem absolutamente nada.

Percebam que eu falo, falo, falo; rodo, rodo, rodo, e volto no mesmo tema. Por quê? Porque a gente não tem mais o que falar, o que dizer, o que cobrar, e vai ficar sempre nessa mesmice.

Cláudio, esta Casa poderia partir mais para uma cobrança de praticidade do governo, porque acho que já foi dito tudo o que o governo precisava ouvir. Acho que o ComunicaDF colocou tudo o que o governo precisava naquele momento: escutar a



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 10 2013	15h40min	84ª SESSÃO ORDINÁRIA (COMISSÃO GERAL)	6

sociedade, seus reclames. Então, acho que cabe agora a V.Exa., com seus colegas aqui, pressionar, de fato e de direito, este governo para que pelo menos ele coloque em prática aquilo que assumiu publicamente no ComunicaDF, e você estava lá presente também, Cláudio.

O que a gente quer é isso, a gente quer realmente avançar nesses temas. Aí eu me pergunto: caramba, o ano que vem é de eleições. Será que este governo vai fazer alguma coisa em ano de eleição? Neste País, as pessoas dizem que em ano de eleição não se faz absolutamente nada. Eu espero que os representantes do governo não nos tragam só informação, que nos pautem e falem num cronograma: "Olha, daqui a 90 dias vai acontecer isso, daqui a 120 dias vai acontecer isso" ou "a gente vai esperar se reeleger para fazer alguma coisa." Pelo menos isso! Então, o que a gente necessita é justamente avançar nesses temas.

Deputado, não quero tomar muito o meu tempo, já estou sendo repetitivo, estou rodando, porque acho que a gente vai se cansando com essa situação, nesse tema. Na Frente de Valorização das TVs do Campo Público, só espero que pelo menos as coisas que aí se encontram, como o Canal da Cidadania, como diversos outros pontos em que Brasília está fora nessa discussão, que o governo pelo menos abra os olhos e volte a enxergar a comunicação e que a gente possa realmente, de fato, discutir a democratização da comunicação. Eu tenho muitos colegas aqui na Mesa que têm muito a contribuir, que ajudaram muito na construção. A gente tem o Jonas, que foi um guerreiro nessa discussão, que é do sindicato, que vai falar daqui a pouco; o próprio Gésio.

Então, da minha parte, Deputado, era isso que tinha a dizer. Eu te confesso que tive muita dificuldade de chegar aqui hoje, mas, já que aqui estou, não poderia deixar de falar essas palavras e deixar a minha cobrança também ao governo para que a gente possa realmente caminhar de fato e de direito. Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES) – Muito obrigado, Gilberto.

Vou propor aqui uma ordem de pronunciamentos. Faremos um pronunciamento de um integrante da Mesa e de um dos integrantes do plenário, visto que temos sete inscritos até o momento.

Primeiro falou o Gilberto pela Frente de Valorização das TVs do Campo Público. Agora quero passar a palavra à querida amiga Débora Cruz. Débora... Ela saiu, foi tomar água. Então vou chamar a segunda inscrita, que é a Sônia Corrêa.

Concedo a palavra à Sônia Corrêa.

SRA. SÔNIA CORREA – A gente acabou tendo um pouco a obrigação de falar aqui, mas é com muita honra e com muito orgulho que a gente vem utilizar esta tribuna para falar deste tema que é tão caro para todos nós que aqui estamos.

Eu sou representante do Centro de Estudos da Mídia Alternativa Barão de Itararé e, assim como as demais entidades, organizações e pessoas que estão aqui



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 10 2013	15h40min	84ª SESSÃO ORDINÁRIA (COMISSÃO GERAL)	7

presentes, nós participamos ativamente desse movimento e desse seminário que foi o ComunicaDF.

Primeiramente, eu gostaria de parabenizar o Deputado Cláudio Abrantes, tanto por essa audiência, quanto também por essa indicação de criação da empresa de comunicação do Distrito Federal. Como eu já falei, todos aqui participamos ativamente do processo do ComunicaDF, e, antes mesmo que os movimentos sociais apresentassem, naquele momento do seminário ComunicaDF, as suas reivindicações, o governador apresentou já, na abertura do seminário, a proposta de criação da TV Pública, do projeto do Conselho de Comunicação Social do Distrito Federal, e a consulta pública; portanto, foi o governador que tomou a iniciativa antes mesmo que o seminário apontasse essas nossas reivindicações.

Desde 17 de dezembro, quando ocorreu o fechamento da consulta pública, nada mais aconteceu, embora os movimentos sociais tenham se mobilizado, solicitado diversas audiências e realizado diversas reuniões, mas concretamente a notícia ou o boato que se tem é de que esse projeto se encontra em alguma gaveta do Buriti, que nós não sabemos qual é concretamente.

Na nossa opinião, a exemplo do que está acontecendo no Governo Federal, achamos que, infelizmente, o governador se acovardou diante do debate de democratização da mídia no Brasil. É bom deixar claro que nós não estamos jogando a criança fora junto com a água do parto; nós nos sentimos representados por este governo em diversos aspectos, mas do ponto de vista da comunicação, infelizmente, achamos que este governo não tem coragem para enfrentar esse debate.

Estamos vivendo um momento importante no Brasil. Sobre esse debate da democratização da comunicação, a pesquisa recente da Fundação Perseu Abramo aponta, inclusive, que a sociedade quer uma outra comunicação. Os movimentos de junho deixaram claro que a sociedade quer outro tipo de comunicação no Brasil, e nós estamos também desenvolvendo uma campanha nacional de coletas de assinaturas pela democratização da comunicação, que aponta questões-chaves e, entre elas, para nós é muito cara a questão do Conselho de Comunicação Social, entre outros itens que estão sendo apontados nesse projeto de lei de iniciativa popular.

Portanto, nós do Centro de Estudos da Mídia Alternativa Barão de Itararé estamos aqui para reforçar a nossa reivindicação, que foi apontada como um ponto central no ComunicaDF, que é a questão do Conselho de Comunicação Social do Distrito Federal e a criação da TV Pública. Sendo assim, manifestamos mais uma vez o nosso parabéns à atitude do Deputado Cláudio Abrantes e reforçamos essa questão, que para nós é muito cara. Obrigada. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES) – Muito obrigado, Sônia. Quero fazer alguns registros de presença: Sr. José Carlos Torves, que é diretor da Federação Nacional de Jornalistas; Richard Santos, Big, que é coordenador de relações institucionais; também a presença de Marlene de Oliveira; Ivania Bastos,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 10 2013	15h40min	84ª SESSÃO ORDINÁRIA (COMISSÃO GERAL)	8

que é assessora parlamentar; Jéssica Gonçalves, jornalista da EBC – Empresa Brasil de Comunicação; José Ulisses Fontenele, Secretário-Geral do Conrerp; Wanderlei Pozzembom, coordenador-geral do Sindicato dos Jornalistas. Ao longo desta comissão geral faremos os demais registros de presença.

Voltando para os representantes da Mesa, concedo a palavra ao representante do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Distrito Federal, Sr. Jonas Valente.

SR. JONAS VALENTE – Obrigado, Deputado.

Eu começo também aqui saudando esta iniciativa. É fundamental que possamos estar nesta comissão geral fazendo um balanço do que aconteceu ou do que não aconteceu nesse um ano após o ComunicaDF. O seu mandato tem se colocado desde cedo como um mandato que está a favor, está aliado àqueles preocupados com uma comunicação mais democrática. Nós já tivemos uma audiência pública aqui sobre TV pública, sobre a Torre Digital. O senhor, como Parlamentar, esteve no ComunicaDF, ou seja, mostra comprometimento do mandato para criar um espaço de debate. Infelizmente tem que ter um espaço de debate desses para que possamos ter interlocução com o Governo do Distrito Federal.

Eu vou traçar um rápido histórico e também apontar algumas coisas para a frente, porque eu acho que o papel desse debate não é só ficarmos lamentando; eu acho que é ouvirmos as explicações do Governo do Distrito Federal, mas também entender se, além das explicações, o GDF está disposto a avançar em alguma coisa do ComunicaDF, porque nem esse retorno a gente teve até agora.

Antes mesmo da eleição do Governador Agnelo, as entidades da sociedade civil se reuniram e criaram uma carta com dez pontos. São dez pontos para democratizar a mídia na Capital do País. Essa carta foi entregue à então equipe de transição, que tinha como referências para esse tema as duas pessoas que vieram a assumir as secretarias da área, pelo menos, no início do governo, a jornalista Samanta Sallum e o Abimael. Os dois hoje não ocupam mais os seus postos. Inclusive, esse é um dos pontos que temos que debater, porque essa falta de continuidade acabou prejudicando o andamento dos encaminhamentos do ComunicaDF. Essa carta já listava o conselho como um ponto central, colocava a necessidade de se criar uma secretaria de comunicação, apontava a importância de se criar uma TV pública para o DF, indicava que essas políticas não eram apenas políticas na área da radiodifusão, mas também da universalização do acesso à internet. Ou seja, a carta já dava um norte daquilo que o Governo do Distrito Federal poderia fazer.

Mesmo assim, a disposição e a construção que foram feitas foi de ter um seminário para que a gente pudesse ouvir de forma mais efetiva a sociedade para complementar aqueles pontos. Esse seminário teve diversos adiamentos. A cada momento era uma justificativa. Primeiro era uma crise, depois porque não daria, depois era o calendário. Mas ele acabou acontecendo por meio de um diálogo rico



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 10 2013	15h40min	84ª SESSÃO ORDINÁRIA (COMISSÃO GERAL)	9

entre o GDF, vários órgãos do GDF, e a sociedade civil, em agosto do ano passado. Ou seja, passou-se um ano e meio desde o momento em que o Governador Agnelo assumiu e não tivemos nenhum avanço concreto, além da realização do próprio seminário.

Mas, mesmo assim, o seminário pode ser considerado uma conquista. Esse grupo de doze propostas que estão no documento final do ComunicaDF e que está disponível na internet para qualquer pessoa consultar lista um programa interessante de ações para a área da comunicação. Só tivemos a consulta pública do Conselho de Comunicação. Mas não foi só isso que aconteceu. Vale lembrar que, no início do ano, tivemos uma troca de comando da Secretaria de Comunicação; e a nova gestão da secretaria disse com todas as palavras que, por um lado, a política de comunicação era uma política de governo e, portanto, uma política do Governador Agnelo, mas, por outro, a Secom não tocaria nada daquilo. Então, achamos contraditório. O Governador Agnelo quer que essas coisas saiam do papel, mas o órgão por excelência para fazer isso não o faria, porque estaria preocupado com uma área de comunicação mais institucional.

Foi, então, relegado esse tema para a Secretaria de Governo. Fizemos uma reunião com a secretaria com uma boa receptividade do secretário. O secretário sugeriu a criação de um fórum para debater o tema. Então, mais uma vez, em vez de encaminhar a proposta concreta, vamos debater o tema; o que para nós não é problema, porque as entidades nunca se negaram a debater ou criar espaços de interlocução com o GDF. O resultado concreto é que esse fórum não foi criado, nunca mais houve uma reunião com a Secretaria de Governo, nunca houve um retorno. Ou seja, qual é o balanço concreto? O Governo Agnelo não só não fez nada, além da consulta pública, como também não teve o mínimo de dignidade para manter uma interlocução com essas entidades para dizer: "Olha, não há mais vontade política". Ou: "Há vontade política". Ou: "Será encaminhado". Ou: "Não será encaminhado". O nível de desconsideração do processo que foi construído é tamanho que não há, sequer, resposta institucional aos ofícios que foram enviados; isso vindo de um governo do Partido dos Trabalhadores. Não estamos aqui pedindo o programa máximo da revolução nas comunicações, estamos aqui com um conjunto de propostas, das quais muitas não dependem de dinheiro. A questão aqui não é recurso, como: "O Governo tem que investir em asfalto, tem que investir em outras áreas". O Conselho de Comunicação é decisão política, falta vontade política do governo. Outras medidas que poderiam ser encaminhadas sem tanta resistência do setor empresarial também não foram encaminhadas. Temos aqui a criação do Centro de Formação em Comunicação Comunitária, que seria um projeto simples de ser implementado, do qual nada, absolutamente nada, recebeu a acolhida por parte do Governo do Distrito Federal.

Um ponto central para encaminhar para o fim da minha fala é: qual é essa gaveta, qual é o número da sala dessa gaveta onde está esse projeto? Porque, se o GDF não vai tirar, a gente pode chegar lá com um chaveiro para tentar pelo menos



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 10 2013	15h40min	84ª SESSÃO ORDINÁRIA (COMISSÃO GERAL)	10

resgatá-lo, pois nem a última versão da proposta do conselho a gente conhece. A equipe da Secretaria de Comunicação não passou nem a última versão. A gente defende o envio do projeto para a Câmara Legislativa, mas nem a última versão e o conteúdo dela a gente conhece. Então, é um grau de surrealismo tal, que não se consegue sequer saber em que nível o debate está, não se consegue receber uma resposta do governo para que a gente possa encaminhar. Faz parte do governo tomar a decisão de encaminhar ou não esse ou aquele projeto, e queremos fazer esse debate com ele. Se o governo não tiver mais disposição política para fazer isso, queremos debater com ele e mostrar a importância.

Na Bahia, o Conselho de Comunicação foi criado; em Sergipe, tivemos um debate importante sobre a revitalização da *TV Aperipê*; no Rio Grande do Sul, tivemos uma consulta pública do conselho sobre a criação do Gabinete Digital; em Pernambuco, tivemos a criação da Empresa Pernambucana de Comunicação; ou seja, vários estados com governos que se colocam na esquerda e na centro-esquerda estão avançando na promoção de políticas de comunicação. Só o GDF não. Só o GDF, infelizmente, ou não tem compreensão de que comunicação é muito mais do que publicidade e assessoria de imprensa, ou tem uma resistência que não sabemos por que ou visualiza nas resistências a esse debate algo intransponível, quando há um conjunto de outras iniciativas que não precisam necessariamente esbarrar nessas resistências.

Então, a gente deixa essas perguntas para os membros do GDF que estão na Mesa responderem, e fala que nunca é tarde demais para ajeitar o rumo do navio. Se houve alguma coisa, e a gente vai descobrir o que aconteceu, não temos nenhum problema em ouvir do GDF que há uma disposição de retomar essa agenda. Para isso a gente veio aqui, para ouvir esse compromisso do Governo do Distrito Federal. E é um compromisso que não pode mais ser expresso apenas em palavras, porque o próprio Governador do Distrito Federal vai para o evento, diz que a coisa vai acontecer e ela não sai, o que a gente precisa agora é de gestos concretos.

Com todo respeito aos companheiros que estão aqui representando o GDF na Mesa, inclusive conhecidos e colegas nossos de profissão das lutas do DF, a ausência de secretários, em especial do Secretário de Comunicação, já é uma sinalização péssima – mesmo sendo um secretário recente numa fase de transição e de crise da área. A gente espera que os representantes do GDF possam, primeiro, contar o que aconteceu e, em seguida, apontar algo concretamente para que a gente possa corrigir o rumo e para que não continue a Capital do País sendo um exemplo negativo na área das políticas de comunicação em uma gestão do Partido dos Trabalhadores.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES) – Muito obrigado, Jonas.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 10 2013	15h40min	84ª SESSÃO ORDINÁRIA (COMISSÃO GERAL)	11

Ainda no nosso método de fala desta comissão geral, passaremos agora a uma fala do plenário. Era a primeira inscrita, mas teve que sair, e agora convido para fazer uso da palavra a amiga Débora Cruz, que é jornalista.

SRA. DÉBORA CRUZ – Eu, em primeiro lugar, queria fazer uma proposta de encaminhamento à Mesa para que ouvíssemos primeiro a opinião do GDF, uma vez que estamos todos ansiosos por isso há um ano. Mas o método é outro, então eu vou tentar falar aqui, justificar o injustificável. Como ex-responsável pela pasta, eu acho que a gente deve algumas explicações à sociedade, apesar de que quase todas já foram dadas aos companheiros nos fóruns que existiram e continuam existindo pela democratização da comunicação.

É importante dizer que houve, de fato, uma vontade política do governo naquele momento. O próprio Taffner esteve conosco, e várias pessoas que estão aqui, discutindo por um ano sobre essa temática. Não foram fáceis, de fato, as batalhas que nós travamos dentro do governo, porque este, como o Jonas sugeriu e eu posso dizer aqui, não é um governo que está preocupado com a pauta da comunicação pública. De fato, não está preocupado. Não adianta a gente falar aqui que vamos fazer reuniões e vamos mudar, porque, se estivesse preocupado, já teria encaminhado uma das 24 propostas – não são 12, mas 24 propostas. A meu ver, nenhuma dessas propostas foi encaminhada. Talvez alguma coisa tenha mudado depois do desmonte da Secretaria de Comunicação, porque, de fato, me afastei. Mas eu acho que nenhuma das 24 propostas foi levada adiante. Não existe vontade política e não existe preocupação com a temática. Se existisse uma pessoa lá que tivesse essa vontade, como nós tivemos na nossa subsecretaria, faria acontecer alguma coisa. É tudo descoordenado. Está uma parte na Secretaria de Cultura – ficamos sabendo agora que há uma parte na Secretaria de Cultura. De outra parte quem cuida é a publicidade, mesmo sendo a temática da comunicação. A gente precisa, hoje, como sociedade civil, de uma resposta real do que vai ser feito daqui para frente, porque eu acho que não dá mais para criar fóruns como esse de debate, em que a gente vem e fala as mesmas coisas e nada acontece.

Para deixar bem claro o que aconteceu na nossa gestão, antes de o Secretário Ugo entrar e falar que para ele não era interessante cuidar de política pública de comunicação – foi essa a fala dele – e que ele não iria cuidar disso, nós – mesmo na gestão do Ugo – entregamos para o Governador Agnelo Queiroz o projeto de comunicação já feito. Poderia ser ajustado? Sim, mas em outro momento, talvez aqui na Câmara Legislativa, como eu falei com a sociedade civil: “Gente, está na hora agora de vocês procurarem o governador, pedir para que ele envie para a Câmara Legislativa. Lá é um novo espaço de discussão”. Mas esse projeto encontra-se nas mãos do Governador Agnelo, que o recebeu pessoalmente. Se não foi feito algo, é preciso que os representantes do Governo do Distrito Federal digam aqui o que está acontecendo, qual é o impeditivo disso, porque ele já tinha passado pelo jurídico e me voltam dizendo que está no jurídico novamente. Entregamos nas mãos do governador para uma simples assinatura. Esse projeto sumiu?



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 10 2013	15h40min	84ª SESSÃO ORDINÁRIA (COMISSÃO GERAL)	12

Outras tantas temáticas no governo são tratadas, discutidas, votadas em uma, duas semanas. Se, de fato, fosse importante para o Governo do Distrito Federal a questão do Conselho de Comunicação e os 24 ou os 12 pontos do ComunicaDF, certamente alguma coisa já teria saído. Então, em minha opinião, é um assunto que não tem a menor relevância para eles, e a gente precisa cobrar do próprio governador ou das instâncias que são responsáveis. Eu fico supersolidária aos companheiros que estão aqui, tanto ao Taffner quanto ao Renato, que são companheiros de que eu gosto pessoalmente, mas infelizmente a resposta que eles vão poder nos dar eu acho que é nenhuma, porque o projeto está nas mãos do membro maior deste governo. Então quem tem que dar um retorno sobre isso é o próprio Governador Agnelo.

PRESIDENTE (DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES) – Muito obrigado, Débora.

Quero registrar a presença do amigo e Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor, Deputado Chico Vigilante, também Líder do nosso partido, o Partido dos Trabalhadores, nesta Casa. Seja bem-vindo, Deputado.

Continuo com os registros de presença: Sr. Higson Sued Gaioso, radialista e diretor do Sindicato dos Radialistas; Sr. Daniel Miranda de Araújo, que é do Partido dos Trabalhadores aqui no Plano Piloto; Sr. Henrique Elias, assessor do gabinete da Deputada Federal Erika Kokay; Sr. Geraldo Estevão, Diretor do SINTEL-DF – Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações do Distrito Federal; Pedro Rafael Ferreira, jornalista do Sindicato dos Jornalistas do DF; Sra. Samira Arrais de Padua, assessora da Casa Civil; Sr. Renato Cortez, que compõe a Mesa e falará em breve pela Secretaria de Comunicação.

Prosseguiremos em breve com os demais registros.

Concedo a palavra ao representante do Intervozes, Gésio Passos.

SR. GÉSIO PASSOS – Olá a todos. Primeiro quero agradecer o apoio do Deputado Cláudio Abrantes para a realização deste seminário. O Jonas e o Gilberto já pontuaram muito, a Soninha também, sobre todo esse processo de discussão que foi o ComunicaDF. Não foi um processo que nasceu de um dia para o outro, foi um processo de quase dois anos, pelo menos um ano e oito meses de discussão desde a primeira reunião, em janeiro de 2011, quando o governo tomou posse, com a Secretaria de Comunicação, até resultar na realização de fato do seminário como um processo participativo, democrático, incentivando a população a discutir as políticas de comunicação no Distrito Federal, resgatando o propósito da Conferência Nacional de Comunicação.

Tentamos fazer esse resgate naquela carta de que o Jonas falou, dos dez pontos para a democratização da comunicação no Distrito Federal. Infelizmente agora faz mais de um ano, quase um ano e dois meses desde que foi realizado o seminário, e o diálogo cessou com o GDF. É importante ressaltar isso. Na ausência dos Secretários, também temos a ausência da Secretaria de Governo, que foi



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 10 2013	15h40min	84ª SESSÃO ORDINÁRIA (COMISSÃO GERAL)	13

convidada e que foi quem assumiu o diálogo com as mudanças no GDF. O Secretário Gustavo havia até proposto para a sociedade civil a criação de um fórum permanente de discussão para construção dessas políticas para tirar do papel as propostas do ComunicaDF no começo do ano. Isso faz quase seis meses e também em nada resultou, nada andou. O Secretário até citou exemplos, do Fórum da Reforma Agrária, das ações de mobilidade para a cidade que vinham sendo planejadas pelo governo como justificativa para que a Secretaria de Governo adotasse a pauta da comunicação naquele momento, e não a Secretaria de Comunicação – já que, como o ex-Secretário Hugo falou para nós em reunião, estaria mais preocupado com a reeleição do governador naquele momento do que com o processo de discussão sobre políticas públicas. O Secretário Gustavo afirmou para a sociedade civil a importância de a Segov assumir essa pauta, que de fato não assumiu até o momento. Não temos retorno. Ficou-se de publicar até uma portaria de criação de um fórum de discussão dessas políticas enquanto o Conselho de Comunicação não fosse aprovado. Já se passaram quase seis meses e também nada andou.

A sociedade vem nesse processo num desgaste, quase não acreditando mais que o governo seja capaz de desenvolver essas políticas. Estamos aí a quase um ano da eleição, a praticamente um ano do processo eleitoral do ano que vem e de fato há muito pouco tempo para tirar do papel essas 12 propostas que foram pactuadas. As 12, não só as 12, mas também mais 12. Eram 24 propostas sistematizadas durante o seminário, sendo que 12 eram prioritárias.

De fato, a gente não tem condição de executar essas doze propostas, mas, pelo menos, de tirar algumas do papel. Como o Jonas disse, o conselho é fundamental e está previsto na Lei Orgânica do DF. Há uma omissão de mais de vinte anos do governo em não implementar o conselho. O professor Murilo pode até falar disso. Já houve até iniciativas de o governo colocar em pé, e, em governos anteriores, elas também não foram em frente.

Então, a gente pesa isso muito porque as políticas de comunicação, em grande parte, são colocadas em âmbito federal, já que a legislação brasileira concentra muito no Poder Executivo federal as outorgas, a regulação, a fiscalização dos serviços de comunicação de massa, de telecomunicação. Mas a gente está numa perspectiva de construção, nos estados e nos municípios, de políticas públicas que garantam o acesso da população a esses meios.

A gente acha que o DF podia mais na questão da banda larga. Há exemplos de governos estaduais que vêm implementando redes próprias para levar serviços de internet para toda a população. A cidade de São Paulo está fortalecendo propostas de ampliação do acesso para a população também. A gente tem uma gama de questões aprovadas no ComunicaDF, como o próprio Jonas disse, que para serem executadas bastava, além de um pouco de recurso, vontade política.

Eu acho que isto cabe, sim: a sociedade não se nega a fazer debate nenhum, as entidades organizadas não se negam a fazer o debate até dentro da



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 10 2013	15h40min	84ª SESSÃO ORDINÁRIA (COMISSÃO GERAL)	14

sociedade. Desde o anúncio do governo, a gente não viu um editorial num meio de comunicação do DF batendo na proposta do conselho, o que aconteceu em outros estados. O Governador assumiu o compromisso e ninguém falou nada, a não ser que os empresários tenham atacado o projeto na relação privada com o Governo – que é o que, em muitos casos, ocorre dentro da construção das políticas de comunicação do Governo. Mas, se o assunto vier para o debate público, a sociedade está preparada e tem elementos concretos à necessidade de que esse conselho seja implementado para, daí também, fortalecer as outras políticas que foram tiradas.

A gente sente a falta de compromissos, de fato, do Governo do Distrito Federal, que se reflete até numa falta de compromissos históricos com esses processos de participação. A Conferência Nacional de Comunicação de 2009 é um dos exemplos disso. Nela, mais de seiscentas propostas foram aprovadas, e o Governo Federal não se comprometeu com esse processo de participação.

A gente acha que espaços, como foi o ComunicaDF, não podem ser limitados ao ensejo do debate. Houve, em todo esse processo de construção dos GTs, no processo de debate público, um comprometimento de que as coisas iriam andar, iriam sair do papel, e a sociedade seria parceira nessa execução. A gente sente falta disso. Quando se interrompe o diálogo, se interrompe o interesse em dar continuidade a um processo que foi bem penoso de conflitos – claro, porque, na relação entre governo e sociedade, muitas partes passam pelo conflito –, mas também de entendimentos.

Foi entendimento comum o de que doze propostas contribuiriam, e muito, para garantir à população do DF o direito à comunicação, sua liberdade de expressão e seu acesso a informações.

Então, registramos a nossa contribuição. Estamos, a todo momento, dispostos a dialogar com o governo. Nunca nos negamos a isso, pelo contrário, sempre procuramos o governo pedindo o diálogo para que essas demandas tão fundamentais fossem cumpridas.

Também fomos apresentados hoje ao projeto do Deputado Cláudio Abrantes, que cria uma empresa de comunicação para o DF – era uma das propostas do ComunicaDF. Já deixando público também, Deputado, que acho essa proposta muito positiva. É mais um esforço para o diálogo entre a sociedade civil, o governo e a Câmara Legislativa – lembrando que a Câmara Legislativa também participou do processo de construção do ComunicaDF – para que saia do papel uma das propostas que a gente considera fundamental para o Distrito Federal, que é a construção de uma emissora pública de comunicação.

É isso. Um abraço.

PRESIDENTE (DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES) – Muito obrigado, Gésio Passos.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 10 2013	15h40min	84ª SESSÃO ORDINÁRIA (COMISSÃO GERAL)	15

Agora passo a palavra ao Sr. Pedro Rafael Ferreira, jornalista do Sindicato dos Jornalistas do Distrito Federal.

SR. PEDRO RAFAEL FERREIRA – Primeiro, eu quero cumprimentar o mandato do Deputado Cláudio Abrantes pela convocatória desse espaço para debatermos esse tema, o qual começamos a discutir com um sentimento de decepção, que é diretamente proporcional ao tamanho das expectativas que se criaram em torno desse tema aqui no Distrito Federal.

Eu quero me pronunciar, também, principalmente como cidadão, porque faço parte dessas mais de duas centenas de pessoas que contribuíram no processo de consulta pública para construir o Conselho de Comunicação Social do Distrito Federal, mas infelizmente até hoje a gente não viu o resultado efetivo disso.

Deputado Cláudio Abrantes, acho que não dá para brincar de democracia. Democracia não é brincadeira, não é retórica. Pior ainda: não dá para chamar a população para um debate, para discutir políticas públicas e, depois, dismantelar todo esse processo e ficar por isso mesmo. Além de antidemocrático, isso depõe contra o governo. Precisamos garantir que isso não aconteça, ainda mais em um contexto do último ano, em que assistimos a uma série de mobilizações populares, em que se cobra do governo espaços diretos de participação. O GDF está perdendo uma grande oportunidade de dialogar diretamente com a sociedade civil e construir conjuntamente esforços, no sentido de democratizar ainda mais a nossa sociedade. Democratizando o espaço de comunicação, a gente democratiza o espaço público e democratiza a sociedade.

Eu dou um exemplo claro disso, concordando com a fala do Deputado Cláudio Abrantes, quando diz que não se trata de discutir conselho de comunicação como um atentado à liberdade de expressão. Muito pelo contrário. Vamos citar um exemplo recente, o Sindicato dos Jornalistas está preocupado com isto: nós tivemos uma ação covarde e truculenta da polícia na última mobilização, no dia 7 de setembro, que acabou vitimando vários jornalistas em pleno exercício da sua atuação.

A falta de um instrumento como um Conselho de Comunicação Social permite que situações como essa continuem a se repetir. Então, a gente não quer que esse tipo de situação aconteça, por isso estamos aqui para expressar o nosso sentimento de repúdio a esse tipo de coisa calcada na ausência de um debate público mais sério.

Há tempo de retomar esse diálogo, há tempo de o governo não fugir desse dever irrevogável, que é continuar dialogando com a sociedade, mas, mais do que isso, a gente já fez diálogo, a gente já construiu propostas concretas, então é preciso encaminhar mesmo. Portanto, a gente mantém essa expectativa.

Agradeço a oportunidade.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 10 2013	15h40min	84ª SESSÃO ORDINÁRIA (COMISSÃO GERAL)	16

PRESIDENTE (DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES) – Passo a palavra ao Sr. Renato Cortez, representante do Secretário de Comunicação recentemente empossado, André Duda.

SR. RENATO CORTEZ – Boa tarde. Realmente, acho que não temos muita coisa para falar depois dessas críticas que vocês pontuaram, porque muitas vezes vocês nos procuraram, mas não houve espaço para o diálogo.

Antes de vir para cá, eu conversei com o Secretário, mostrei para ele a importância desse tema. Não só o ComunicaDF foi um projeto interessante, que ficou parado com essas trocas da Secom, como vários outros projetos ficaram parados. É do entendimento dele conhecer essa proposta para saber em que ponto ela está, onde ela parou, e dar um encaminhamento.

Acertei com ele, antes de vir para cá, que vai ser oficiado à Secretaria de Governo que nos remeta uma cópia do documento, para que a gente veja como esse documento está, e o novo Secretário está disposto a tocar, não só esse projeto, como os outros. Ele abriu espaço na agenda oficial de secretário de estado, para receber uma comissão de vocês, porque realmente isso que o Jonas contou é verdade: com a troca de comando que houve na Secom-DF, esse projeto saiu da Secom. Ele não está mais lá dentro e nós da Secom não temos acesso a esse documento que foi para outra instância de governo. É interesse do novo secretário ver como está isso e receber vocês em uma agenda oficial de secretário de estado, para debater sobre isso.

Esse documento não está mais na Secom, mas eu acho que, se ele receber vocês lá para conversar, já é um grande encaminhamento, porque vai voltar à Secom. Como o Jonas falou, é importante que a Secom esteja presente nessa discussão porque é uma das grandes contribuintes, e também é quem vai receber os ônus e bônus da criação do conselho, das outras políticas e das outras demandas que foram acertadas no Comunica.

Até onde a gente na Secom sabe, ele saiu já da Casa Civil e ficou parado na Secretaria de Governo. Temos aqui um colega da Casa Civil que também pode falar um pouco mais sobre essa parte.

Como representante aqui do Secretário André Duda, eu trago a abertura de recebermos vocês na semana que vem. Eu só não posso falar aqui uma data, mas podemos marcar uma reunião com vocês na semana que vem para discutir isso.

PRESIDENTE (DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES) – Muito obrigado, Renato. Quero me colocar à disposição também para essa agenda. Se não for no horário de sessão aqui no plenário, faço questão de estar presente.

Muito obrigado, Renato, pela sua participação.

Passo a palavra para o Plenário, ao Geraldo Estevão, diretor do Sinttel/DF.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 10 2013	15h40min	84ª SESSÃO ORDINÁRIA (COMISSÃO GERAL)	17

SR. GERALDO ESTEVÃO COAN – Meu nome é Geraldo Estevão Coan, diretor do Sinttel/DF, também membro do grupo de trabalho que a duras penas conseguiu realizar junto ao governo o seminário do Comunica. Estamos sempre à disposição.

Quero agradecer ao Deputado Cláudio Abrantes a oportunidade deste debate. Lembro também, como o Jonas falou, que o Deputado sempre esteve aberto ao diálogo conosco, manifestando o desejo de compactuar conosco essa luta, inclusive participando do seminário ativamente nos dois dias, sempre lá presente.

O que eu tinha que falar aqui já foi contemplado nas falas anteriores, mas quero bater em dois pontos. Não vou fazer igual ao Gilberto, não me levem a mal, mas eu tenho amor às minhas mãos, não vou dar murro em ponta de faca para sangrar, mas vou bater nas teclas.

Não sei por que o governo, na antiga gestão da secretaria anterior, nós tínhamos um diálogo sempre aberto, estávamos sempre em comunicação, e o grupo de trabalho era sempre recebido lá, tínhamos sempre reunião. Depois da mudança – não vou usar aquele termo do desmanche, porque é muito forte –, mas depois da mudança da direção da Secretaria de Comunicação, eu não sei se foi vontade política, não sei o que foi ou o que aconteceu – realmente, eu não posso precisar –, mas as portas se fecharam e nós nunca mais tivemos o acesso que tínhamos de diálogo.

Eu vou bater em dois pontos aqui: por que o governo fechou definitivamente aquela porta que servia de diálogo com a sociedade civil? E o outro ponto: a Segov tinha prometido um fórum, que já foi mencionado aqui também. Até agora não vislumbramos interesse algum desse órgão em realizar esse fórum.

Quero mais uma vez agradecer ao Deputado, de minha parte e por parte do grupo também. Eu não sei como está agora se você vai continuar ou não, Jonas, mas vamos sempre contar com o senhor, porque foi um dos que mais manifestou aquele empenho em nos ajudar nesse projeto.

Então, muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES) – Muito obrigado, Sr. Estevão.

Registro a presença do diretor do Sindicato dos Radialistas, Sr. Chico Pereira; da conselheira tutelar Sra. Gisele Gomes; do Subsecretário de Relações Institucionais da Secretaria de Cultura, Sr. Reinaldo Chaves Gomes; do Sr. Rodrigo Gomes Vianna, do Conselho Tutelar; do chefe de comunicação da Secretaria de Cultura, Sr. André Barreto; do jornalista Marcos Henrique Ribeiro da Silva; e do jornalista do Sindiserviço, Sr. Robson Silva.

Concedo a palavra ao representante do Secretário da Casa Civil, Swedenberger Barbosa, Sr. Ricardo Taffner.

SR. RICARDO TAFFNER – Boa tarde a todos, boa tarde aos colegas da Mesa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 10 2013	15h40min	84ª SESSÃO ORDINÁRIA (COMISSÃO GERAL)	18

Primeiro, eu gostaria de dizer que não estamos em lados opostos. Governo e sociedade organizada estão do mesmo lado, fruto disso foi o Comunica, que aconteceu há um ano.

É verdade, porém, que o ritmo que a sociedade espera do governo não foi cumprido. Tivemos uma mudança no modelo de comunicação – como já foi dito – que privilegiou outros aspectos, dando maior lentidão ao processo, mas é um processo que não foi totalmente paralisado. Hoje estamos aqui discutindo, reabrindo as portas com esse sinal muito importante do Secretário de Comunicação para que isso ganhe novo ritmo.

Posso dizer aos senhores que a questão do fórum distrital foi tão questionada, que no dia 17 de julho o processo para abertura do Fórum Distrital de Comunicação foi encaminhado para a Casa Civil. Um mês depois, em agosto, depois de ter passado por todas as áreas da Casa Civil, áreas técnicas e jurídicas, ele recebeu o parecer favorável, considerando a proposta meritória, sendo uma demanda da sociedade civil, e foi devolvido à consultoria para últimos ajustes a fim de que fosse encaminhado.

Quer dizer, hoje o processo se encontra na consultoria jurídica e tenho certeza de que logo ele volta à Secretaria de Governo para ser publicado o decreto. Com relação à data, quem vai definir isso é a Secretaria de Governo e a consultoria jurídica. Da parte da Casa Civil, podemos garantir que a criação do fórum encontra total acordo.

Estivemos presentes no Comunica, participamos das discussões, participamos da organização, estivemos quando o Governador se comprometeu a dialogar para criação do conselho, e eu tenho certeza de que isso não será interrompido em momento algum.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES) – Muito obrigado, Sr. Ricardo.

Concedo a palavra ao assessor de gabinete da Deputada Erika Kokay, Sr. Henrique Elias. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Sr. José Ulisses Fontenele, Presidente do Conselho Regional de Profissionais de Relações Públicas.

SR. JOSÉ ULISSES FONTENELE FIGUEIRA – Boa tarde a todos. Eu quero inicialmente agradecer ao Deputado Cláudio Abrantes por esta iniciativa.

No ano passado, quando participamos – tanto o Conselho Profissional de Relações Públicas como a Associação Brasileira de Relações Públicas –, foi por meio de uma queixa de que estava se criando um conselho de comunicações e o pessoal de relações públicas estava à parte do processo. Foi dito que o pessoal de relações



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 10 2013	15h40min	84ª SESSÃO ORDINÁRIA (COMISSÃO GERAL)	19

públicas não se manifestava. Colocamos todos os nossos telefones e os nossos contatos à disposição.

É com muita tristeza que estou hoje aqui para dizer que não vi resultado algum do que aconteceu. Eu vi que o governo atualmente não faz nem comunicação governamental. E se ele não faz nem comunicação governamental, como vai fazer comunicação pública? Ele não faz nem uma coisa nem outra. Se nem o básico, que é a comunicação governamental, ele faz, a comunicação pública vai ficar onde? Não há um profissional de relações públicas no processo. Não vi ninguém. Eu gostaria muito que alguém do governo me dissesse se existe algum profissional de relações públicas no processo.

Eu estou aqui representando um conselho de classe da única profissão da área de comunicação que é reconhecida como profissão regulamentada, por isso é a única que tem conselho. Os nossos colegas jornalistas, infelizmente, perderam o direito de exigir o diploma, e a profissão nem era regulamentada. A única profissão regulamentada é a de relações públicas, que cuida de planejamento da comunicação. O Governo do Distrito Federal não tem um profissional nessa área no Conselho de Comunicação. Se eu estiver errado, gostaria que os representantes da Secretaria de Comunicação ou do gabinete me corrigissem.

Apresentamos à Secretaria no ano passado um Simpósio de Comunicação Governamental para o Distrito Federal, onde seria debatida a política de comunicação de governo como um todo. Não há nenhum resultado. Há uma cópia aqui, Deputado. Depois, se quiser ter acesso a ela, tenho uma também para o representante da Secretaria de Comunicação.

Eu estou aqui só para dizer da minha indignação. Num processo em que o governo não está preocupado nem em fazer a comunicação do próprio governo, eu acho que ele não vai se preocupar com a comunicação pública, porque uma coisa está atrelada à outra. Então, a minha grande preocupação é justamente esta: o que foi feito e qual foi a participação das pessoas?

Houve aquela reunião no ano passado e depois não houve um comunicado. Eu estou hoje aqui porque faço parte do *mailing* do Sindicato dos Jornalistas. Eu fiquei sabendo desta comissão geral porque recebi o convite no meu *e-mail* pessoal do Sindicato dos Jornalistas. Queiram ou não, sou uma representação de um conselho de classe. Eu acho, no mínimo, um absurdo acontecer isso! Eu só queria colocar aqui a minha indignação perante esta Casa para que conste nos autos o que está acontecendo. Enquanto o governo ficar nessa situação, não vejo nenhuma luz no fim do túnel.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES) – Obrigado, Ulisses. De antemão, coloco o nosso gabinete à disposição para o Conselho trabalhar nos temas que você trouxe aqui.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 10 2013	15h40min	84ª SESSÃO ORDINÁRIA (COMISSÃO GERAL)	20

Concedo a palavra ao último orador da Mesa, o Sr. Murilo Ramos, especialista em políticas de comunicação e professor da Universidade de Brasília.

SR. MURILO RAMOS – Deputado Cláudio Abrantes, eu agradeço, em nome da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, o convite para ter esta oportunidade de estar com vocês aqui hoje, debatendo o tema das políticas de comunicação. Aos demais companheiros de Mesa e participantes desta comissão geral, eu também agradeço.

Eu vim para cá hoje preparado para fazer uma fala geral de especialistas em políticas de comunicação, num tom mais acadêmico. Isso pode até ficar para o debate. Não sei se fui honrado ou punido com a oportunidade de falar por último. Em geral é uma honra, porque você tem a chance de amarrar o que foi dito, mas também pode ser uma punição porque quase tudo já foi dito. Estou imerso nesse dilema. Mesmo assim, vou tentar dar a minha contribuição para esta comissão geral hoje.

Acho que foi no primeiro semestre do ano passado, num encontro acadêmico no Rio de Janeiro, eu ouvi uma frase do Professor Gabriel Kaplún, da Universidad de la República do Uruguai – depois ele me explicou que não era dele, quando eu fui cumprimentá-lo pela frase, mas sim do conhecido e respeitado militante da democratização da comunicação da América Latina, também uruguaio, Gustavo Gómez –, referindo-se àquele momento da discussão das políticas de comunicação do Uruguai, para tentar entender, explicar ou discutir por que o governo uruguaio naquele instante não se movia encaminhando uma proposta de políticas de comunicação, que era esperada pela sociedade, o que num plano mais micro, brasileiro, é o que estamos discutindo aqui hoje. Acho que o Gustavo sintetizou muito bem a relação do governo com o ambiente das políticas de comunicação. E ele estava se referindo à mídia, às instituições de comunicação conservadoras, hegemônicas.

Se o governo pensa assim: *"Te odio, te temo, pero te necesito"*... Eu acho essa frase brilhante, porque, para mim, é uma síntese da equação cruel em que se vive.

Quando você pensa em políticas de comunicação, no sentido mais amplo que a mera comunicação de governo, você se vê diante do poder da mídia conservadora. Isso explica sem justificar. Eu achei a frase absolutamente brilhante, oportuna e paradoxal para nós brasileiros, porque mesmo o Uruguai, no momento seguinte, já avançou na discussão das políticas de comunicação naquele país. Sem falar em experiências recentes na Venezuela, Equador, Bolívia e Argentina, que hoje têm novos marcos legais para as suas comunicações nesse processo. O Uruguai está caminhando para produzir o seu.

Embora ele estivesse se referindo à discussão de nação, de políticas nacionais, eu acho que a questão se aplica a nós também quando você passa a discutir a questão no plano regional ou local. Porque, bem ou mal, nós sabemos que



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 10 2013	15h40min	84ª SESSÃO ORDINÁRIA (COMISSÃO GERAL)	21

a política – seja lá, seja aqui, seja nacional, local, regional – passa ainda pela mídia comercial, conservadora. E aí, quando você pensa em um enfrentamento necessário para se dar encaminhamento a políticas de comunicação democratizadoras mais amplas, que vêm em benefício da sociedade como um todo, o cálculo político prevalece. É lamentável, mas reconheça-se isso.

Eu dou um exemplo recente também no plano nacional brasileiro. Em fevereiro deste ano, como fazemos todos os anos na Universidade de Brasília, a gente organizou o seminário de políticas de comunicação chamado Telecomunicações, para abranger tele e comunicação social. Na abertura, o então Secretário Executivo do Ministério das Comunicações, César Alvarez, uma pessoa que eu respeito muito, meu amigo, representando o Ministro Paulo Bernardo, fez uma fala que me obrigou a fazer a pergunta que eu venho fazendo há vinte anos, e que eu não gosto mais, sequer, de fazê-la que é: cadê a lei geral de comunicação social? O César, ao estilo dele, deu a resposta mais honesta que podia dar. Ele disse: não vai ter lei esse ano, porque é um ano pré-eleitoral. Foi curioso, porque todo ano é pré-eleitoral. Sem querer ele respondeu que nunca vai sair, porque todo ano é pré-eleitoral. Aliás, depois, outro moderador fez a brincadeira com ele dizendo: “Olha, tem uma ironia aqui, mas é impossível deixar de fazer”.

Então, essa equação é cruel, esse é que é o nosso dilema. Com todo o respeito ao Ricardo, ao Renato e a outros que não estão aqui, não poderiam estar, meus ex-alunos, Maísa, Rodolfo, enfim, todos que estão lá na luta na Secretaria de Comunicação, infelizmente essa é a triste realidade. Cadê a disposição para o enfrentamento diante da necessidade de fazer um cálculo político e saber o seguinte: vou ou não vou? Enfrento ou não enfrento a possibilidade dos famigerados um, dois ou três minutos no Jornal Nacional ou no DF TV 1ª, 2ª ou 3ª edição? Essa é que é a questão. É terrível reconhecer isso!

Eu estou raciocinando junto, porque o desafio nosso, da sociedade é continuar empurrando, empurrando, empurrando, para saber se, em algum momento, vai se enfrentar isso ou não! É cansativo. Todos nós sabemos. Aqueles de nós de cabelos mais brancos – uns têm cabelos brancos, mas não tanta idade quanto esse que vos fala – que estão há muito tempo nisso sabem a dificuldade disso. Entendem?

Vejo aí os colegas do governo serem colocados na berlinda, mas certamente não seriam eles quem deveria estar aqui, porque isso já explica em parte, pois eles vieram aqui cumprir o seu papel. Na realidade, gostaríamos todos que estivessem aqui as pessoas que pudessem responder com mais autoridade sobre essa questão. Essa é que é a questão fundamental.

Esse cálculo político que se faz a cada ano pré-eleitoral. Todo ano, no plano nacional, certamente é pré-eleitoral. Embora não seja assim no plano distrital, nos estados, isso acontece também. Como superar esse processo? Esse é um ponto.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 10 2013	15h40min	84ª SESSÃO ORDINÁRIA (COMISSÃO GERAL)	22

Eu não quero deixar de mencionar também outro ponto que faz parte desse dilema que enfrentamos. Eu fui generosamente identificado como especialista em políticas de comunicação. Sempre que eu me refiro a isso, eu falo do meu pai. Meu pai morreu sem saber o que eu fazia, porque ele não entendia. Ele só sabia que, quando eu... Na época, quando a *TV Nacional*, a *TV Câmara*, a *TV Senado*, mais raramente, chamavam-me para dar uma entrevista, eu ligava para Florianópolis e avisava – minha mãe já tinha morrido, mas, quando ela estava viva, também – que eu ia aparecer na televisão. Meu pai ia lá ver o filho, mas não entendia nada do que eu falava. Ele só ficava preocupado, porque eu falava muito mal da *Globo*. Ele ficava muito preocupado: “Esse rapaz não vai dar certo na vida nunca, porque ele só fala mal do Roberto Marinho e tal”.

Ele discutia política de educação, pois a minha irmã também é professora universitária. Ele sabia discutir sobre educação. Discutia sobre saúde, tinha opinião sobre isso, discutia saneamento. Ele não conseguia entender essa coisa de política de comunicação. Por quê? Ele sabia que eu era jornalista; então, para ele, comunicação tinha de ser de jornalista. Todos nós somos jornalistas aqui. Parece que política de comunicação é trabalho só de jornalista. Isso estava claro para ele.

Segundo, não há na sociedade brasileira – porque é um debate interdito pela própria mídia dominante, hegemônica – como você ler sobre a questão da comunicação. Hoje em dia vaza alguma coisa aqui, acolá. Na área de telecomunicações, vaza mais, porque não se lida com conteúdo e há a questão da banda larga.

Eu estava pensando aqui, em vez de mais asfalto, por exemplo, mais *wi-fi* para o DF hoje seria uma boa bandeira. Eu estou preocupado com o programa mais asfalto. Até dentro da UnB, estão asfaltando. Eu nunca vi isso acontecer na vida! Mas isso é outro problema. Mais *wi-fi* e menos asfalto, vaza. Mas a questão de rádio pública, televisão pública, enfim, essas questões não aparecem. Fica difícil para ele ou para qualquer pessoa, para meus alunos... Pensa em política de educação, pensa em política de saúde, agora pensa em política de comunicações. Vai entender as instituições, as políticas, os direitos humanos, os direitos sociais. É um direito social o direito à informação. E não ficar pensando apenas nisso que é outro dilema: a política de comunicação do governo é política de governo, é política de divulgar o governo, mostrar o que ele faz, enfim. Não, há outro lado que é mais transversal, que é fundamental e que precisa existir em função das necessidades que a sociedade tem de acesso para a sua educação, para a sua cultura, para a sua política, para a sua cidadania. Mas é difícil. É difícil porque não há no imaginário da sociedade o entendimento do que sejam efetivamente políticas de comunicação, como são as políticas, volto a dizer, de saúde, de educação, de saneamento, de infraestrutura. De tudo isso, a gente consegue ter uma compreensão mais geral na sociedade, mas, na nossa área, não tem. Então, a gente enfrenta todos esses problemas.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 10 2013	15h40min	84ª SESSÃO ORDINÁRIA (COMISSÃO GERAL)	23

Sáidas certamente existem. Estão aí os nossos vizinhos hoje a mostrar. É curioso. Eu já estou encerrando, para a gente debater mais. É curioso porque, até recentemente, o Brasil era uma espécie de vanguarda na organização da sociedade, na disputa política de comunicação. Os colegas da Argentina sempre falavam: "Puxa vida! Vocês têm instituições, têm acúmulo, e a gente não consegue avançar aqui". E hoje todos avançaram e nós ficamos. Por quê? Porque a equação "*te odio, te temo, te necesito*", por razões que são específicas a cada realidade. Não vou dizer que se aplica a todos os lugares, não é isso. A Argentina teve um processo, a Venezuela teve outro, a Bolívia e o Equador tiveram outro, o Uruguai está tendo outro. Enfim, cada situação, cada realidade tem a sua especificidade; por isso, acontece. Mas o fato é que avançou-se por aí, mas nós ficamos paralisados tanto do ponto de vista nacional, quanto regional e local.

O diagnóstico está feito. Todos nós temos esse diagnóstico pronto. O que nos resta, enquanto sociedade, é continuarmos organizados, mobilizados, continuarmos pressionando, fazendo o ComunicaDF, fazendo debates como esse, comissão geral, para que essa luta não deixe jamais de existir.

Obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES) – Obrigado, professor Murilo.

Agora vou passar a palavra à próxima oradora do plenário, a jornalista do Câmara em Pauta que cobre o dia a dia da Câmara Legislativa, Sra. Simone Moraes.

SRA. SIMONE MORAES – Boa tarde, Deputado Cláudio Abrantes. Mais uma vez, o senhor sai na frente, ajudando a comunicação do DF, e por isso faço um agradecimento especial, visto que, na Câmara dos Deputados, pouquíssimos deputados entendem ou sabem o que é a comunicação e as reivindicações que se fazem em relação a ela. À Mesa e ao Plenário, boa tarde também.

As duas últimas falas são muito significativas. Uma, do conselho que ironizou aqui, com todas as letras, a nossa posição de jornalista sem diploma, sem nada. Somos hoje meros fantasmas para a sociedade. E a do professor Murilo, que fez um paralelo a respeito da comunicação que eu gostaria de observar, em relação à comunicação do GDF e à comunicação do Governo Federal. No mesmo território, os dois estão absolutamente equivocados sobre políticas públicas de comunicação, visto a quantidade de críticas não só do Ministro Paulo Bernardo, como da comunicação direta da Presidenta Dilma, que passa e não entende absolutamente nada de comunicação e que tem tido desastrosa atuação nesses quatro anos de governo.

Aqui, por outro lado, eu nem diria que tenho qualquer pretensão em relação a isso. Não nos adianta nos enganarmos nem fazermos de conta, porque o Governo do Distrito Federal, infelizmente, nem sabe o que é política pública de comunicação.

Venho da Bahia, onde participei da criação do conselho, e, nos primeiros momentos, eu ouvia sempre uma frase: "Mas o que é democratização da



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 10 2013	15h40min	84ª SESSÃO ORDINÁRIA (COMISSÃO GERAL)	24

comunicação?” Na semana retrasada, eu estava lá e ouvi de uma médica amiga a mesma frase: “Mas o que é democratização da comunicação?” Na verdade, a sociedade não entende por que estamos reivindicando democratização da comunicação e, por não entender, ela não tem nenhum trabalho, nenhuma consciência de como avançar nessa luta. Então, não vai haver... A prova disso está neste plenário, com um debate tão interessante, onde não há ninguém. E por aí vai.

Não vejo, no Distrito Federal, nenhum envolvimento das cidades do Entorno. Essas discussões são feitas por entidades e por pessoas que já têm uma luta e que não agregam essa consciência de democratizar a comunicação em outros espaços físicos, e por isso não se vai a lugar nenhum. O governo, por seu lado, não tem nenhum interesse, e, se não há pressão da sociedade, simplesmente isso não vai acontecer tão cedo.

Estamos aqui, fazendo a discussão a respeito de um ano de ComunicaDF e, como foi dito e continua sendo dito, o governo que está aí, o Governo de Agnelo Queiroz não tem interesse na comunicação e não vai fazer. Falta um ano e pouco, e tenho absoluta certeza de que não vai acontecer.

É bom que as entidades que lutam por isso procurem outros meios, outros caminhos – é essa a minha sugestão – e busquem parceiros na comunidade, para levar essa luta à frente.

PRESIDENTE (DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES) – Muito obrigado, Simone.

Agora o último orador do plenário. Depois retornaremos à Mesa, àqueles que quiserem, para as considerações finais e possíveis respostas ou complementos de fala.

Passo a palavra ao Robson Silva, que é jornalista do Sindiserviços.

SR. ROBSON SILVA – Quero cumprimentar o Deputado Cláudio Abrantes e todos os presentes.

Acho que o dia de hoje é uma data muito significativa no nosso País, neste mês de outubro, quando comemoramos 25 anos da Constituição Federal. Nela está explícita, está clara e bem dita a constituição de conselhos de comunicação da sociedade civil. Ou seja, mais um ato constitucional que o nosso país simplesmente deixa passar em branco. Continua passando em branco. Infelizmente, só a Bahia, até hoje, e o Rio Grande do Sul, se não me falha a memória, constituíram um conselho de comunicação. Ou seja, faz parte da Constituição Federal a criação de conselhos de comunicação, e nós engatinhamos, no País inteiro.

Como jornalista, sempre faço esse referencial, porque é muito grave, é muito grave. Se o Governo é constituído pela sociedade civil, ele tem, antes de qualquer coisa, de qualquer princípio, responsabilidades com a sociedade civil. E aqui, como cidadão, pai de família que pensa no futuro da sociedade, trago a minha cobrança ao governo, que é eleito democraticamente, em uma luta que – sabemos – foi a ferro e fogo. Não foi brincadeira, não, chegarmos à democracia em 2013! Não foi



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 10 2013	15h40min	84ª SESSÃO ORDINÁRIA (COMISSÃO GERAL)	25

brincadeira, não! É uma coisa muito séria, muito séria! E, aí, cabe ao Governo do Distrito Federal, Governo do Partido dos Trabalhadores, ao qual sou filiado desde 1984 e que foi criado para implementar as políticas de defesa não só da classe trabalhadora brasileira, mas da sociedade civil no seu todo, no Distrito Federal e no Brasil, cumprir a Constituição Federal. Isso é o mínimo que se pode fazer em respeito a nossa Pátria. Muito obrigado, Deputado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES) – Muito obrigado, Robson.

Aproveito a oportunidade – já nos encaminhamos para a parte final da nossa comissão geral – para dar um recado da Sônia Corrêa, do Barão de Itararé. Ela nos pediu que informasse que será realizado, no dia 15 de outubro, às 19h, no Sindicato dos Bancários, o lançamento do livro O Príncipe da Privatária, com a presença do autor, Palmério Dória. A entrada é franca, e estão todos convidados.

Pergunto aos membros da Mesa se querem fazer alguma consideração. (Pausa.)

Passo a palavra ao Gilberto, para as considerações finais.

SR. GILBERTO RIOS – Deputado, quero agradecer mais uma vez o convite. Volto sem respostas do governo. A gente tem dois parceiros do governo aqui na Mesa e, pelo menos da minha parte, não consegui visualizar resposta nenhuma.

Esperávamos que o governo dissesse: “Não, nós vamos... Já achamos o chaveiro, Jonas, para destrancar o projeto. Vamos tirar lá. Encontramos o chaveiro e vamos realmente botar o projeto para andar”. De fato, a gente gostaria muito que o governo falasse: “Olha, em 90 dias, em 120 dias, a gente vai, realmente, destrancar aquilo que não deveria estar trancado”. Como os meses de junho e de julho mostraram que a sociedade pode, eu acho, Jonas, que a gente pode levar vários chaveiros à porta do governo e começar a fazer o nosso barulho lá dentro.

PRESIDENTE (DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES) – Obrigado, Gilberto.

Concedo a palavra ao Jonas Valente, para suas considerações finais.

SR. JONAS VALENTE – Em primeiro lugar, quero agradecer, mais uma vez, Deputado, por essa iniciativa.

Quero agradecer a presença de todos e de todas que estão aqui, mas quero reforçar o questionamento: entendi da parte da Secom que há um secretário novo, mas a perspectiva da evolução do debate, pelo menos do conselho... Acho que em relação às outras propostas... Que bom que o Secretário esteja disposto a ouvir, a gente espera que haja uma correção de rumo o mais rapidamente possível. Quanto ao conselho, isso já saiu da Secom, não tem que voltar para lá. Segundo informações de quem estava à frente da pasta, isso está no gabinete do governador.

Sei também que não há nenhum representante no gabinete do Governador aqui, mas o Ricardo Taffner, por estar no gabinete do Governador, representa um órgão do núcleo do Governo do Distrito Federal, que é a Casa Civil.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 10 2013	15h40min	84ª SESSÃO ORDINÁRIA (COMISSÃO GERAL)	26

Então, Taffner, acho que é importante saber que o GDF quer criar o fórum, mas o centro das reivindicações não é isso. Se for criado, ótimo, foi uma sugestão da Secretaria de Governo. Como o Gésio colocou, consideramos positivo porque não nos negamos ao diálogo, mas as respostas que a gente quer: onde está a proposta do Conselho de Comunicação e o que o GDF fará para encaminhá-la ou não encaminhá-la?

Eu acho que o mínimo de lealdade... Não significa concordância, mas lealdade ao processo que foi construído e reconhecimento aos atores que estão aqui nesta comissão geral. Isso seria poder dizer claramente: "O GDF resolveu rediscutir o assunto". Sim, mas vai rediscutir com quem? Como? Com qual prazo? Se ele está rediscutindo, as entidades querem participar dessa rediscussão. Agora, o que acho muito complicado é a gente sair daqui sem resposta nenhuma.

A gente sabe que é uma tarefa inglória o Renato e o Ricardo Taffner representarem seus respectivos órgãos aqui porque os secretários é que deveriam estar dando essas respostas, mas sabemos também que, independentemente disso, é uma representação institucional e, como representação institucional, a gente gostaria de uma resposta mais efetiva em relação à proposta do Conselho de Comunicação.

De resto, agradeço, parablenizo todas as pessoas da Mesa pelas intervenções e, Deputado, acho que a gente vai precisar, infelizmente, continuar tendo novas oportunidades de pressão se a postura do Governo do Distrito Federal continuar sendo evasiva da forma como está sendo até o presente momento.

PRESIDENTE (DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES) – Obrigado, Jonas.

Concedo a palavra ao Gésio Passos, para suas considerações finais.

SR. GÉSIO PASSOS – Acho que a gente só espera uma retomada de diálogo. Passou a ser uma coisa surreal pensar que a gente exigiu uma retomada de diálogo, foi-nos prometido um fórum que vai ser analisado pelo jurídico da existência ou não... Enfim, é algo quase impensável. Até sair o edital, a publicação no Diário Oficial da portaria que vai criar o fórum... Enfim, acho que a gente tem que fazer uma discussão política com o governo. O que o governo tem condições de fazer? O que o governo está disposto a fazer? O que a sociedade apoia nesse momento?

Temos as prioridades já definidas, acho que o fundamental agora é, politicamente, acordar e projetar para um próximo governo. Independentemente de quem for assumir o próximo governo, se o Governador será reeleito ou se outro representante assumir o Governo do Distrito Federal, temos de deixar para ele o resultado de um processo de diálogo democrático, transparente, público. Todo esse embate que tivemos foi público, principalmente pela sociedade civil. Publicamos lá, antes do ComunicaDF, uma proposta da sociedade civil para o conselho, que não foi a proposta final, é claro, teve toda essa negociação como governo. Publicamos os princípios que desejávamos para uma emissora pública de comunicação aqui do DF.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 10 2013	15h40min	84ª SESSÃO ORDINÁRIA (COMISSÃO GERAL)	27

Enfim, tentamos resgatar questões concretas relacionadas a banda larga, a inclusão digital.

Então, temos as demandas, temos algumas formulações e esperamos que o governo abra o diálogo para que as coisas saiam do papel. A proposta do representante da Secretaria de Comunicação é fundamental. Vamos agendar essa reunião para a semana que vem com a maioria do pessoal que compôs o GT.

Convidamos também o companheiro de relações públicas, o profissional de relações públicas, para estar conosco, fazendo esse debate com o governo para que as coisas andem de uma maneira mais efetiva. Ou, então, abre-se mão disso e tentamos como sociedade civil pautar essas propostas no ano que vem, no período eleitoral, para ver que governo, que candidato assumirá as ideias que já estão pactuadas e acordadas para democratizar a comunicação do DF.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES) – Obrigado, Gésio.

Concedo a palavra ao Professor Murilo Ramos.

SR. MURILO RAMOS – Eu queria reiterar o agradecimento em meu nome, em nome da Faculdade de Comunicação da UnB, ao Deputado Cláudio Abrantes, à Câmara Legislativa, às entidades que junto com a Câmara promoveram este evento. Reitero também a permanente disposição nossa, do grupo de políticas de comunicação da UnB, de estar junto com vocês em debates, na ação objetiva e concreta em favor de políticas de comunicação hoje como sempre.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES) – Concedo a palavra ao Ricardo Taffner para suas considerações finais.

SR. RICARDO TAFFNER – Também quero agradecer ao Deputado Cláudio Abrantes a iniciativa e parabenizá-lo por isso.

Eu queria dizer mais uma vez que o diálogo vai continuar. Prova disso é que estamos aqui, prova disso é que teve o ComunicaDF. O diálogo não cessa. É um diálogo que a sociedade nunca teve com nenhum outro governo. Isso é importante lembrar. Um diálogo em que esse governo abriu as portas e continuará tendo. Esperamos também que tenha frutos.

PRESIDENTE (DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES) – Obrigado, Ricardo.

Concedo a palavra ao Renato Cortez pela Secretaria de Comunicação.

SR. RENATO CORTEZ – Reitero o interesse do nosso novo secretário de receber para o diálogo, para o debate. Acredito que vocês possam até estar um pouco mal acostumados com o que veio nas tentativas anteriores de vocês, mas é uma vontade dele mesmo recebê-los todos. Ele me liberou para marcar isso com vocês para semana que vem. Eu só não posso trazer o dia porque ele vai precisar



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 10 2013	15h40min	84ª SESSÃO ORDINÁRIA (COMISSÃO GERAL)	28

conversar com outras áreas do governo para poder juntar mais pessoas. Não será um bate-papo. A reunião será deliberativa mesmo. É isso que o Taffner falou, nós estamos de portas abertas mesmo e o diálogo não cessa.

PRESIDENTE (DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES) – Muito obrigado, Renato.

Finalizando essa comissão geral, eu quero primeiro fazer um lamento dos meus colegas. Eu esperava um maior comparecimento. Eu sei que muitos têm justificativas plausíveis, mas acho que é um tema extremamente importante, de caráter democrático do Distrito Federal.

Nós temos uma democracia recente. Se formos pensar em termos de Distrito Federal, é uma democracia mais recente ainda. Estamos aprendendo a lidar com isso e é extremamente importante ter esse mecanismo. Hoje diversas outras temáticas da vida pública avançam para a participação social, para a transparência. Recentemente, eu estive em um congresso de criminalística e o tema mais debatido foi a questão da participação social na discussão da segurança pública, imaginem do ponto de vista da comunicação social, que é algo de aceso mesmo à informação, à participação da população nessas políticas.

Eu quero dizer que no meu entendimento há avanço sim. Prova disso é que a nossa lei distrital que fala do Conselho de Comunicação é de 1993, mais precisamente de junho de 1993. Ou seja, há vinte anos a Lei Orgânica do Distrito Federal foi promulgada e não houve em nenhum instante na história do Distrito Federal ações para a criação desse conselho.

Naturalmente, também não é de se celebrar o que não foi completado. Isso gera frustração justamente porque houve um primeiro passo: o debate nesta Câmara, várias outras audiências públicas sobre temas relacionados – como a Torre Digital, já falado aqui, como a Rádio Cultura – e diversos outros elementos de comunicação social que debatemos nesta Casa. Tudo isso, em minha opinião, teve seu auge com o ComunicaDF, que foi no meu entendimento muito proveitoso.

Se há de se elogiar o avanço feito, há de se lamentar o que não foi completado e que seria o ponto máximo de todo esse trabalho com a criação do conselho. Eu quero acreditar que não perdemos ainda a batalha, sou um otimista por vocação, quero acreditar que ainda temos tempo de fazer com que isso se torne uma realidade.

O trabalho feito a duras penas por todos os que estão aqui e que deram suas contribuições decisivas, seja quando estiveram no governo – alguns estão atualmente – ou mesmo no debate, como as entidades que sempre estão conosco nesses diálogos que buscamos ter sempre... Eu acredito que houve uma interrupção do ponto de vista de uma pasta, numa gestão de comunicação. Mesmo este documento não estando mais sob a orientação da Secretaria de Comunicação, é fato que o direcionamento que vier desta pasta é o que será válido dentro do governo.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 10 2013	15h40min	84ª SESSÃO ORDINÁRIA (COMISSÃO GERAL)	29

Acredito que essa reunião com o Secretário André Duda pode ser muito proveitosa e creio que será preciso em um determinado instante também ir ao governador, porque S.Exa., naturalmente, fez um compromisso, e acredito que não fugirá desse compromisso de implementação deste conselho de comunicação, que é algo importante não só para o meu partido, o Partido dos Trabalhadores, mas para diversos outros partidos que militam nesse campo e para a sociedade de uma maneira geral.

É extremamente importante que o Distrito Federal, como outras poucas unidades da Federação estão, esteja na vanguarda de uma política de comunicação pública. Iremos trabalhar incessantemente nesse sentido para que tenhamos como primeiro passo esse conselho e para que avancemos também em mecanismos de comunicação pública, como já foi falado. Podem até me chamar de sonhador, mas se a gente não sonhar... Quem sabe, em breve, não teremos também uma empresa de comunicação aqui no Distrito Federal? Precisamos continuar lutando nesse sentido.

Temos aqui representantes do governo. Talvez fosse mais interessante termos os secretários das pastas, mas entendemos as obrigações fortes da Casa Civil e esse início de trabalho da Secretaria de Comunicação, mas em relação à Câmara Legislativa tenho plena convicção de que não deixaremos de insistir no debate e de tencionar quando necessário para que o governo cumpra o que foi acertado neste plenário e também no ComunicaDF, perante toda a sociedade do Distrito Federal.

Isso não é somente uma política de governo, deve ser uma política de Estado, porque em todas as leis orgânicas do Brasil: na nossa Carta Magna, a maior delas, como lembrou o Robson, ou na menor de um pequeno município, a questão da comunicação pública e social deve estar implementada de uma forma definitiva para a população.

Volto a dizer que hoje não se faz política sem participação social, isso não é possível, a nossa sociedade não aceita mais que em qualquer âmbito ou temática da vida pública se trabalhe sem ouvir a sociedade. Isso não podemos admitir, não admitiremos, e continuaremos nesse trabalho.

Quero agradecer a todos a presença e a contribuição. De imediato, solicito à nossa assessoria que condense todas as falas e os debates colocados nesta comissão geral e que sejam encaminhados ao Governo do Distrito Federal na pessoa do Governador Agnelo Queiroz.

Agradeço mais uma vez a todos e todas.

Muito obrigado e boa tarde a todos.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente comissão geral.

(Levanta-se a comissão às 17h45min.)